

# **ACESSIBILIDADE FÍSICA DE UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL**

Elisangela Cristina Fabiano da Silva<sup>1</sup>  
Elivaine de Oliveira Guimarães Silva<sup>2</sup>

## **RESUMO**

Este artigo tem a finalidade de promover debate e reflexão sobre a acessibilidade das instituições educacionais, visa pesquisar as condições de acessibilidade de pessoas deficientes em uma escola pública do município de Sorriso/MT. A escola selecionada está sob a responsabilidade da administração pública municipal, onde foram feitas uma visita técnica para verificar as instalações e condições e se enquadra dentro das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas e Técnicas) de acordo com a NBR 9050. ciais.

Este tema apresenta uma grande importância social, pois se sabe que embora a inclusão escolar seja garantida por lei tendo como meta recuperar toda uma história de discriminação e preconceito se utilizando do conceito de igualdade, sua prática está distante deste ideal.

**PALAVRAS CHAVE:** Educação inclusiva, acessibilidade física.

---

<sup>1</sup> Elisangela Cristina Fabiano da Silva - Graduada em Licenciatura plena em Pedagogia, no ano de 2012, pela Universidade Federal de Mato Grosso, pós graduada em Psicopedagogia e Educação Infantil, no ano de 2013, pelo Instituto Matogrossense de Pós Graduação.

<sup>2</sup>Elivaine de Oliviera Guimarães Silva – Graduada em Licenciatura plena em Pedagogia, no ano de 2012, pela Universidade Federal de Mato Grosso, pós graduada em Psicopedagogia e Educação Infantil, no ano de 2013, pelo Instituto Matogrossense de Pós Graduação.,

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem a finalidade de apresentar dados sobre a pesquisa realizada em uma instituição de Educação Básica no Município de Sorriso - MT, onde o objeto de estudo foi a acessibilidade dos recursos físicos disponíveis para a comunidade escolar.

Partindo do problema evidenciado, que retrata a falta de políticas públicas voltadas para o atendimento das características especiais, bem como, do processo de inclusão e percebendo as reais dificuldades enfrentadas pelos estudantes da escola – campo de investigação, a presente pesquisa justifica-se e torna-se relevante instrumento de estudo e de sugestão para melhorias na estrutura física das unidades escolares, e também encaminhamento para estudos dos profissionais de educação que trabalham diretamente nos espaços municipais de ensino.

Tal pesquisa surgiu em consequência da discussão sobre as dificuldades que as pessoas com deficiência enfrentam em sua vida diária, as quais estão relacionadas a problemas de acessibilidade, ou seja, às condições que visem permitir o exercício da autonomia e a participação social do sujeito, podendo interferir ou prejudicar o seu desenvolvimento ocupacional, cognitivo e psicológico, contribuindo para a sua exclusão social.

Através de observação *in lócus*, verificou-se as instalações desta Instituição de Educação, observando e analisando a acessibilidade quanto aos meios: escadas, rampas, sala de aula, sanitários, refeitório, acesso a parques e quadra de esportes, assim como aos demais aspectos que integram a estrutura da escola.

Cientes de que o termo acessibilidade tem sua origem na década dos quarenta, visando para designar a condição de acesso das pessoas com deficiência vinculada ao surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional. “Inicialmente era descrita como condição de mobilidade e eliminação das barreiras arquitetônicas e urbanísticas, numa clara alusão às condições de acesso a edifícios e meios de transporte”(ARAÚJO, 2009; TORRES, 2002 apud Wagner 2010, p.57). Hoje a acessibilidade encontra-se como modelo da inclusão, pois as barreiras que impedem a locomoção do deficiente são mais complexas, e vão bem mais além da situação da mobilidade.

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Sabemos que a escola tem a missão de proporcionar condições que favoreçam uma educação crítica, reflexiva, onde tem a de garantir ao aluno a adquirir conhecimentos, também o respeito à diversidade e dignidade humana.

Segundo Carvalho (2011, p. 55), “a pessoa com deficiência mental, foi considerada, detentora de poderes sobrenaturais, fruto de tragédia familiar, sangue ruim, depositário do mal e outros rótulos negativos, portanto era discriminada e segredada”, a deficiência mental sempre foi confundida com a doença mental.

A luta pela inclusão, como uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeou a defesa do direito de todos os alunos pertencerem a uma mesma escola, de estarem juntos e participando sem nenhum tipo de discriminação. A Educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença de valores indissociáveis. Segundo MEC-SEESP (2005, p.8) apud Rocha (2007, p. 1).

A implementação de políticas inclusivas que pretendam ser efetivas e duradouras deve incidir sobre a rede de relações que se materializa através das instituições já que as práticas discriminadoras que elas produzem extrapolam, em muito, os muros e regulamentos dos territórios organizacionais que as evidenciam.

Neste sentido no processo de inclusão social está inserida a inclusão escolar, com diversas políticas públicas e particulares com a finalidade de levar a escolarização a todos os segmentos humanos da sociedade, onde eles recebem atenção especial a integração de portadores de deficiências sejam elas físicas ou mentais nas escolas regulares, o ensino voltado para a formação profissionalizante e a formação da consciência cidadã. Segundo Aquino (1998) apud Andrade (2011, p.1), “incentivar a diversidade é promover a igualdade de chances para que todos possam desenvolver seus potenciais. No caso das pessoas com deficiência, devem-se começar garantindo-lhes o direito de acesso aos bens da sociedade”, bens esses que é o direito a educação, saúde.

Deficiência Intelectual:

Atualmente sabemos que o desenvolvimento de atividades com os deficientes intelectuais é diferenciado do trabalho a ser desenvolvido com crianças sem deficiência ou mesmo com deficientes físicos, visuais ou auditivos, sempre se

diferenciam uns dos outros porque o funcionamento cerebral pode ser diferente. Segundo Freitas (2012, p. 1)

Trabalhar com deficientes intelectuais é diferente do trabalho realizado com crianças sem deficiência ou mesmo com deficientes físicos, visuais ou auditivos, É diferente porque o funcionamento cerebral é diferente. O cérebro dos deficientes intelectuais é mais vagaroso, enquanto que o cérebro dos outros é normal. E quanto mais grave, mais lento é o funcionamento cerebral.

Cada indivíduo é um ser único e seu processo de aprendizagem deve ser respeitado de acordo com o pensamento, e limitações ocasionadas pela deficiência, e não serem vistas como barreiras, mas como novas chances de se construir o saber.

Para as pessoas que não tem problemas de locomoção as barreiras passam despercebidas, mas para os que têm problema de locomoção, a nossa arquitetura é injusta para essa parcela da população. Obstáculos esses quando presentes em uso público discriminam essa considerável parcela da população negando-lhes a possibilidade de usufruir dos ambientes de bem comum dentro destas instituições escolares.

O direito à acessibilidade de pessoas com deficiência se fundamenta nos direitos humanos e de cidadania, sendo regulamentado, no Brasil, pela Norma Brasileira 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR, 2004) apud Wagner (2010, p.57),

É um direito universal, solidificado no direito constitucional de igualdade, representando uma concretização dos objetivos e princípios traçados por Constituições, Declarações e Conferências de vários estados e nações, incluindo o Estado Brasileiro e a Constituição de 1988.

A legislação educacional que vigora atualmente no Brasil é explícita em seus artigos 58 e 59 quando defini as condições de oferta de educação escolar para estudantes com necessidades especiais. De acordo com a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), todas as crianças, jovens e adultos têm direito de estudar em instituições de ensino regulares, recebendo atendimento especializado em unidades específicas, quando necessário. Estabelecem, ainda, que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos diferenciados, para atender as suas necessidades.

Sendo assim, a educação se torna um mecanismo fundamental na inserção do deficiente na sociedade, e a escola o foco principal, uma vez que, a característica

inerente à mesma é a inclusão e cabe, portanto, aos órgãos públicos tornar possível essa realidade.

De acordo com a Lei 7.853 Art.2º, 1989 da Associação de Normas Brasileiras (ABNT). Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

As restrições dos direitos das pessoas com deficiência aparecem com maior frequência associadas à acessibilidade, porém não são os deficientes que devem se adequar à escola, mas a instituição é quem deve estar preparada para atender a diversidade de seu público de atendimento, bem como as características de demandas presentes no contexto de inserção. Nos espaços escolares os professores podem encontrar muitas vezes obstáculos que colocam em risco a saúde integral da criança, sendo importante a conscientização de todos sobre a importância do cumprimento da legislação vigente.

Para que a exclusão não ocorra é importante que as instituições estejam em conformidade com as normas de acessibilidade estabelecidas pela ABNT.

Contudo, vale ressaltar que a adequação do meio físico para a acessibilidade à educação é muito mais do que acesso, e seu principal objetivo deve ser o de proporcionar uma maior autonomia e segurança a todos os alunos em especial os portadores de necessidades educativas, principalmente no meio escolar, pois: Preiser; Ostroff (2001), Dischinger (2000) apud Kasper,

As barreiras físicas interferem na realização das atividades cotidianas das pessoas, restringindo a mobilidade, prejudicando o uso seguro e confortável de espaços, de equipamentos ou de seus componentes, além de não possibilitarem ou interferirem na orientação dos indivíduos, (KASPER, 2009, p. 04).

No ambiente escolar o meio físico acessível pode ser extremamente libertador e pode transformar a integração entre as crianças e o seu desempenho. Ambientes inacessíveis são fatores preponderantes na dificuldade de inclusão na escola para as pessoas com deficiência e podem determinar que alguns sejam excluídos também do mercado de trabalho.

Quanto melhor forem as condições de conforto e acesso nos ambientes de uma edificação de uma instituição, melhor será o desempenho de quem ocupa esse ambiente, no caso das escolas, maior será o aproveitamento dos alunos em sala de aula, por isso, tornam-se necessárias a análise e a avaliação do ambiente, assim

como a responsabilidade dos gestores escolares em realizarem as interferências cabíveis de forma paralela às atividades da instituição, prezando pela manutenção dos espaços. Em se tratando de arquitetura, para haver o conforto no espaço, sem comprometer o bem estar das pessoas que estão nesses ambientes.

## **ACESSIBILIDADE FÍSICA**

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas: Primeiramente, visitas exploratórias com a participação de toda a equipe de pesquisa com a finalidade de observar, uma (01) Escola de Ensino Fundamental do município de Sorriso. Em seguida, efetuou-se uma breve revisão bibliográfica, buscando informações sobre educação inclusiva e textos sobre acessibilidade, e o manual da ABNT sobre acessibilidade arquitetônica, especificamente em ambientes escolares, tanto no Brasil quanto no exterior, atualizando assim o conhecimento da equipe e contextualizando a realidade local. Foram coletadas informações sobre os conceitos de deficiência e restrição, inclusão e acessibilidade, legislação e normas técnicas nacionais, assim como estudos específicos (manuais e projetos) sobre como prover condições de acessibilidade espacial, nas escolas.

Na terceira e última etapa foi realizado um levantamento do espaço arquitetônico da escola escolhida através de fotografias, com a finalidade de conhecer a atual situação, e verificar as rampas na calçada, os caminhos por todo o espaço físico dentro da escola, portas em todas as salas e demais recintos, banheiros e bebedouro, conforme leitura das imagens agrupadas neste relatório.

## **RESULTADOS E DISCUSÃO**

Na escola a análise dos espaços foi minuciosa e detalhada, utilizando como referência as normas e padronizações que permitiram um olhar criterioso da realidade e a percepção da necessidade de melhoria na estrutura física, tendo em vista a garantia do acesso das crianças na escola, assim como o respeito às suas características.

A escola atende a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, esse sua demanda é fator importante para observar como os recursos estão disponíveis aos alunos, considerando todas as etapas de formação e a faixa etária de atendimento.

Tendo como compreensão que a acessibilidade é a possibilidade de qualquer pessoa usufruir todos os benefícios de uma vida em sociedade, entre esses benefícios inclui-se o uso dos espaços escolares, que, por desempenhar um papel importante na integração de vários segmentos da sociedade, vem recebendo atenção, pois é um dos espaços onde se busca o desenvolvimento integral do ser humano.

Espera-se, desta forma, contribuir para um maior conhecimento técnico sobre o assunto, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de futuros projetos de escolas mais inclusivas. E, sendo a escola um espaço urbano onde atende a comunidade, deve estar mais estruturada para a vida social, acreditando que ações nela implementadas podem, conseqüentemente, maximizar a acessibilidade urbana e a qualidade de vida dos ser humano.

#### 4.1 Rampa

**Figura 1:** Rampa de acesso \_ Entrada da Escola



Fonte: Arquivo pessoal

(1m de largura e sete cm de altura)

**Figura 2:** Rampa de acesso \_ Refeitório e corredores



Fonte: Arquivo pessoal

Rampa de acesso, de 1 m de largura e sete cm altura, verificamos que este espaço não possui mesa, somente bancos de cimento e o balcão da cantina com altura de 1 m. Em relação aos balcões, estes deverão dispor de, pelo menos, uma parteda superfície acessível para atendimento as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme os padrões das normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

#### **4.2 Porta da Sala**

**Figura 3:** Falta de acessibilidade na entrada de sala de aula



Fonte: Arquivo pessoal



Todas as salas de aula possuem degraus, impossibilitando o acesso de um cadeirante, largura da porta é 85 cm, maçaneta da porta 70 cm. Somente as salas de informática e biblioteca possuem rampas de acesso.

As maçanetas e puxadores fixos devem ser do tipo alavanca e devem ser instaladas a uma altura entre 0,90 e 1,10m do piso; com vão livre de largura mínima de 0,80m, e as maçanetas das portas devem ser tipo alavanca ou barras para facilitar o manuseio de abertura.

### 4.3 Parque e Quadra de Esporte

**Figura 4:** Acesso ao parque e quadra de esporte



Arquivo pessoal

Verificamos que a acesso quanto à entrada para o parque e a quadra de esporte, a largura do portão tanto para o parque quanto para quadra de esporte é de 1m e 45 cm.

#### 4.4 Bebedouro

**Figura 5:** Rampa de acesso para o bebedouro e bebedouro



Fonte: Arquivo pessoal

Possui rampa que de acesso ao corredor do bebedouro, mas o bebedouro não está de acordo com as normas técnicas de acessibilidade da ABNT. Para o bebedouro ser acessível, deveria:

- Possuir altura livre inferior de, no mínimo, 0,73m do piso, garantindo um Módulo de Referência (0,80m x 1,20m) para a aproximação frontal ao bebedouro, podendo ainda avançar sob o bebedouro até, no máximo, 0,50m; conforme ilustração abaixo:
- Conter dispositivos de acionamento na frente ou na lateral, próximo da borda;
- A bica deve estar à altura de 0,90m do piso;

**Figura 6:** Exemplo de bebedouro acessível



Fonte: Guia de Acessibilidade: Espaço Público e Edificações

## 4.5 Sanitário

**Figura 7:** Rampa de acesso para o sanitário



Fonte: Arquivo pessoal

**Figura 8:** Pia e sanitário



Fonte: Arquivo pessoal

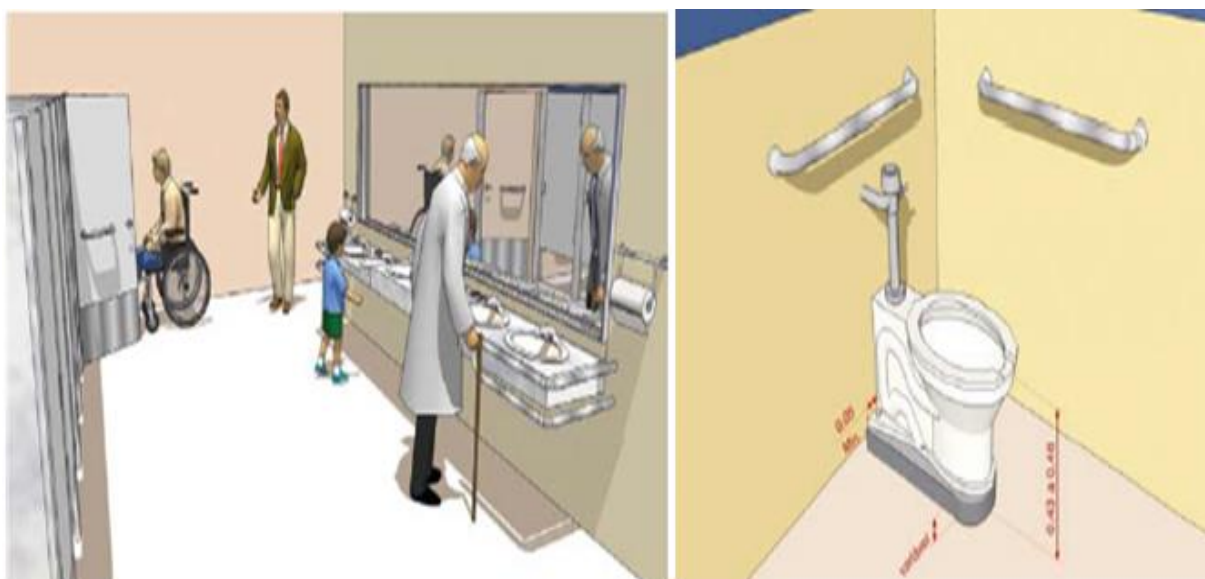
Medida da porta: 75 cm de largura e 1,90 de altura.

Pia: 85 cm e torneira pia possuem 1,20 de altura, na parede do banheiro possui apenas uma barra.

Os sanitários são os locais de maior exigência na atenção referente à acessibilidade, devido a quantidade de detalhes construtivos e de colocação adequada de acessórios.

- Acessórios (saboneteira, ao alcance das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e instalados na faixa de alcance confortável (de 0,80 a 1,20m);
- Dimensões mínimas de 1,50m x 1,70m, com bacia posicionada na parede de menor dimensão.
- A colocação das barras de apoio lateral deve seguir as recomendações da NBR 9050, conforme esquema.

**Figura 9:** Vista de um sanitário acessível



Fonte: Guia de Acessibilidade: Espaço Público e Edificações

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola enquanto espaço de relações humanas e local do desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes deve garantir aos seus integrantes o pleno desenvolvimento. Partindo dessa análise, o presente relatório, traz questões importantes de análise e reflexões sobre a necessidade de estruturação imediata dos espaços /estrutura física, para o atendimento das demandas internas.

Como aporte, o trabalho relacionou dois aspectos, promovendo uma conversa entre eles: a realidade da escola estudada e as normativas que dizem respeito a acessibilidade, ficando claro, que é primordial, que os gestores e a comunidade escolar requeiram com urgência a reforma da escola, prezando pelo desenvolvimento sócio-educativo das crianças, bem como, para com o respeito ao desenvolvimento da cultura infanto juvenil, o respeito a liberdade, o reconhecimento e o trabalho com a diversidade no cotidiano da escola. A escola \_ campo da pesquisa está parcialmente adaptada, necessitando melhorias na estrutura física.

Para finalizar, registramos a satisfação pela relevância do trabalho e consideramos fundamental esse tema nas discussões acadêmicas, bem como, nas estruturas que fundamentam as políticas públicas em nosso país, em especial, nas escolas públicas de nosso município, para garantir o acesso das crianças na escola.

Através da análise desta escola em acessibilidade constata-se que faz-se necessários investimentos urgentes nas escolas publicas, uma vez que as mesmas não estão preparadas para receber estudantes deficientes e estão longe de se adequarem as normas estabelecidas pela NBR 9050 da ABNT.

Esperamos que a análise realizada sirva de aporte para a tomada de atitude e de reflexão dos gestores escolares sobre as reais prioridades da escola, considerando como um dos temas de trabalho a estrutura onde o mesmo ocorre.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei nº 7.853/89. **Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social.** Brasília, 1989.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2008.

LOPES, Davi Moreira; SOUSA, Valdenice Costa. **Guia de Acessibilidade: Espaço Público e Edificações.** Disponível em:[http://www.maragabrilli.com.br/files/GUIA\\_DE\\_ACESSIBILIDADE\\_CEARA.pdf](http://www.maragabrilli.com.br/files/GUIA_DE_ACESSIBILIDADE_CEARA.pdf). Acesso em: 21 de Abril, 2013.

KASPER, Andreia de Aguiar; Pereira; Loch. **Acessibilidade espacial escolar em pátios para alunos com restrições visuais: A Construção de um Instrumento de Avaliação.** Disponível em:<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/posfau/n25/18.pdf>. Acesso em: 3 de Agosto, 2012.

WAGNER, Pacheco, Lindemayer e Silva. **Acessibilidade de pessoas com deficiência: o olhar de uma comunidade da periferia de Porto Alegre.** Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ipa/index.php/RS/article/viewFile/94/58>. Acesso em: 15 de Fevereiro, 2013.

ANDRADE, Débora; Mota Geisa; Vinicius Carlos. **Inclusão Social: HRSAJ Investe em contratação de pessoas com necessidades especiais.** Disponível em: <http://www.radiosajnet.com.br/noticia.php?id=8235>. Acesso em: 07 de Dezembro, 2012.

CARVALHO, Sandra Pavoeiro Tavares. Educação Inclusiva: **Educação Especial** Cuiabá: UAB/UFMT, 2011.

FREITAS, Sueli. **Mil Maneiras Estimulação Pedagógica.** Disponível em: <http://milmaneiraspedagogia.blogspot.com.br/2012/03/dicas-para-o-trabalho-com-deficientes.html>. Acesso em: 07 de Dezembro, 2012.

ROCHA, Dias Joelma. **A Inclusão frente a importância das políticas Governamentais.** Disponível em: <http://www.leonoreduc.blogspot.com.br/2010/09/texto.html>. Acesso em: 07 de Dezembro, 2012.